

Que tal um bolo cor-de-rosa para resolver a crise? Uma análise crítica do discurso de Damares Alves sobre “A força da mulher brasileira” (8 de março de 2021)¹

Isabela Himmelgen (UFPR)

Introdução

Em seu discurso de posse como Presidente, Jair Bolsonaro proclamou que iria “combater a ideologia de gênero, conservando nossos valores” (BOLSONARO, 2019, l. 28). Para auxiliá-lo em sua cruzada contra a “ideologia de gênero”², ele nomeou a pastora evangélica Damares Alves para chefiar o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). Em uma de suas primeiras aparições como Ministra, Alves se tornou notória por ter proclamado, em um vídeo cercado de simpatizantes, que “é uma nova era no Brasil: menino veste azul e menina veste rosa!” (CERIONI, 2019). Apesar da reação negativa dos movimentos sociais e da sociedade civil à declaração, essa foi apenas a primeira de muitas mensagens antifeministas, misóginas e LGBTIfóbicas da Ministra que continuaram a gerar uma série de manchetes caricaturadas nos últimos dois anos, enquanto lhe garantem, também, o apoio de grande parte da população (BETIM, 2020).

De fato, em muitas aparições em vídeos promocionais, entrevistas e conferências, Alves consegue cativar seu público com seus comentários sobre fenômenos sociais populares e mensagens irônicas sobre a oposição. A Ministra desempenha com destreza seu papel de representante política da direita populista religiosa, portando-se de forma descolada e espirituosa, empenhando as redes sociais a seu favor e empregando estratégias retóricas de comunicação, como paródias e ironias (GRAFF, 2016). Além disso, ao se apresentar como uma figura maternal, que se veste quase sempre de rosa e carrega frequentemente símbolos religiosos (como um crucifixo no pescoço), ela constrói sua própria identidade em torno da imagem da “mulher conservadora.” Seu discurso é, então, performático, representando um ideal patriarcal de feminilidade (FERREIRA; NASCIMENTO, 2020).

¹ GT.13 – Interseções entre gênero, documentos e instâncias estatais.

² De modo geral, derivado de argumentos genéricos sem base científica, o conceito “ideologia de gênero” serve para fazer referência ao pensamento e teoria feministas e *queer*, e às demandas políticas dos movimentos sociais, que são considerados uma conspiração internacional para destruir a família e a ordem sexual criada por Deus: o binarismo de ‘masculino’ e ‘feminino’ que depende da heterossexualidade para a reprodução. “Ideologia de gênero”, então, não produz novas teorizações, mas sim condensa as políticas de gênero das religiões cristãs em uma fórmula acessível, que articula significados culturais e políticos, facilitando sua circulação e apropriação pública por atores conservadores (BIROLI; MACHADO; VAGGIONE, 2020).

Nada obstante, o vocabulário satirizado das falas de Alves é constantemente invocado - mesmo por setores progressistas - como motivo para descartar sua presença no governo como mera *cortina de fumaça*; nessa lógica, ela estaria ali para desviar a atenção de questões supostamente “mais importantes” que acontecem no país (como economia, saúde, corrupção etc.) e manipular o debate público (MELO, 2020). Esse argumento não apenas trata gênero, família e direitos humanos como dimensões menos relevantes da sociedade, mas também desconsidera que as ações e palavras dela constituem o projeto político-social do atual governo. Afinal, Damares Alves ocupa uma posição institucional de poder e é responsável pela condução de políticas públicas, alocação de orçamento, formulação e sanção de legislação, representação do Brasil em eventos internacionais, sem contar o espaço midiático conferido por seu cargo. Suas falas, por mais caricatas que sejam, são proferidas por uma Ministra de Estado e, por isso, devem ser consideradas em conformidade com suas atribuições jurídico-institucionais.

Com base nessa premissa, a análise aqui proposta considera a relevância do espaço político-institucional ocupado por Alves, de modo a investigar como suas palavras se relacionam com as políticas públicas e ações de seu Ministério. Mais especificamente, este trabalho tem como tema os discursos sobre gênero e mulheres (re)produzidos pela Ministra em seu pronunciamento na cerimônia de assinatura do acordo de cooperação técnica com o Ministério da Cidadania, no dia 8 de março de 2021, cujo objeto é promover ações de inclusão produtiva para a autonomia socioeconômica das mulheres, por meio da elaboração de políticas públicas (MMFDH, 2021b). Na mesma data, no escopo das políticas propostas, o MMFDH lançou a campanha A Força da Mulher Brasileira, que dá centralidade à figura feminina na superação da atual crise econômica, sanitária e social, agravada pela pandemia de covid-19.

Nesse contexto, o objetivo principal é analisar as relações de materialidade entre os discursos de Damares Alves em seu pronunciamento e as políticas públicas anunciadas pelo Ministério. Sobretudo, por meio da adoção do marco metodológico da Análise Crítica Feminista do Discurso (ACFD), exploro as imbricações entre essas práticas discursivas e os processos de governança adotados por Alves no âmbito do MMFDH. Para isso, divido este trabalho em três principais partes: a primeira oferece os aportes metodológicos da análise, explicando quais os usos dos instrumentais da ACFD para o estudo das instâncias governamentais; a segunda trata da análise do discurso propriamente dita, trazendo uma interpretação crítica de seus pontos principais; e a terceira elabora as categorias feministas de ‘gênero’ e ‘cuidado’, empregadas na discussão e crítica ao discurso da Ministra, detalhando como se inserem no atual contexto de crise (dos cuidados) vivenciado pela sociedade brasileira.

1. Metodologia: Análise Crítica Feminista do Discurso

De modo a compreender como os discursos sobre gênero circulam no plano político-institucional do MMFDH, este trabalho analisa a produção dos dispositivos legais para a campanha A Força da Mulher Brasileira com base na fala da Ministra sobre a referida política pública. O conjunto de dados analisado consiste no vídeo da cerimônia (MMFDH, 2021b), os materiais da campanha disponibilizados na ocasião (MMFDH, 2021a) e documentos jurídicos relacionados (GABINETE DA MINISTRA, 2020). Esses dados são então interpretados a partir de uma perspectiva feminista da Análise Crítica do Discurso (ACD).

As discussões teóricas e metodológicas da ACD são múltiplas e servem a diferentes propósitos, já que se trata de um método qualitativo de pesquisa que pode ser adaptado a específicos formatos e contextos (GRIFFIN, 2013). De modo geral, o objetivo da ACD é proporcionar instrumentos e estratégias para o estudo detalhado dos usos contextualizados da linguagem (LAZAR, 2007). Nesse sentido, como o conceito de ‘discurso’ em si pode ter muitas interpretações, aqui a definição que adoto é a de que discurso se refere a “um elemento ou ‘momento’ do político, político-econômico e, de modo mais generalizado, social que está dialeticamente relacionado a outros elementos/momentos”³ (FAIRCLOUGH, 2013, p. 178). Com base nessa interpretação, discurso é compreendido como uma “prática social articulatória,” que ao mesmo tempo *constitui* o mundo social e *é constituído* por outras práticas sociais (JØRGENSEN; PHILLIPS, 2002). ACD é utilizada, portanto, para investigar as relações entre as estruturas do discurso e outros elementos e práticas sociais e culturais (como poder, ideologias, instituições etc.) em diferentes domínios sociais (FAIRCLOUGH, 2013; JØRGENSEN; PHILLIPS, 2002; LAZAR, 2007).

Com efeito, a premissa da ACD é que o discurso funciona ideologicamente, uma vez que a linguagem não é neutra, mas *investida* (GRIFFIN, 2013; JØRGENSEN; PHILLIPS, 2002). O objetivo da análise crítica, então, é justamente desvendar as estruturas dominantes e os efeitos de poder e ideologia que são “considerados como ‘dados’ na produção de significado”⁴ (WODAK; MEYER, 2001, cap. 1). Embora ACD já seja um método crítico e politicamente localizado, a adoção da perspectiva feminista explícita é particularmente útil para estudar o funcionamento desses arranjos nos discursos que sustentam as hierarquias de gênero (LAZAR,

³ Tradução minha do original: “an element or ‘moment’ of the political, political-economic and more generally social which is dialectically related to other elements/moments” (FAIRCLOUGH, 2013, p. 178).

⁴ Tradução minha do original: “taken as ‘given’ in the production of meaning” (WODAK; MEYER, 2001, cap. 1).

2007). Assim, a ACD feminista (ACFD) emprega ‘gênero’⁵ como uma categoria interpretativa central da análise do funcionamento discursivo do poder.

No caso específico deste trabalho, proponho a análise do discurso político de Alves tendo como pressuposto de que gênero é uma estrutura ideológica que opera de forma binária, baseada em relações hierárquicas de dominação e subordinação. Ao mesmo tempo, compreendo que a Ministra, sendo sujeito histórico-social, está inserida em um contexto, criando significados *nas* e *a partir das* suas interações e usos da linguagem (WODAK; MEYER, 2001). Desse modo, pretendo especificamente questionar como a noção de 'gênero' se manifesta e se (re)produz *nas* e *pelos* práticas discursivas de Alves, interpretando criticamente seus discursos para desvendar como se relacionam ao processo de elaboração de políticas públicas do seu Ministério, em sua materialização no âmbito jurídico-institucional.

Com isso, o presente trabalho dialoga com o campo da Antropologia do Direito ao abordar a produção de dispositivos legais e políticas públicas por meio da análise da circulação de significados e usos de linguagem pelos agentes públicos responsáveis pela sua elaboração. Do ponto de vista antropológico, os documentos jurídicos podem servir como objetos analíticos para identificar as narrativas políticas em conflito nos espaços institucionais e explorar os elementos retóricos e estéticos dessas disputas, sem reduzi-las a simples narrativas (TEIXEIRA; CRUVINEL; FERNANDES, 2020). Embora o intuito deste trabalho não seja propriamente a análise de documentos, o olhar antropológico e a metodologia interdisciplinar da CDA permitem compreender as instituições governamentais a partir dos discursos daqueles/as que ocupam esses espaços e elaboram os mecanismos jurídicos que os estruturam. Portanto, a principal contribuição para o campo é o caráter explorativo e interdisciplinar da análise, que atribui à categoria de ‘gênero’ a centralidade na compreensão da circularidade de significados, vocabulários e produções entre instâncias e agentes do governo brasileiro.

2. Análise do discurso: Damares Alves sobre “A Força da Mulher Brasileira”

Como comentado, a análise se enfoca no discurso proferido por Alves no dia 8 de março de 2021, na cerimônia de lançamento da campanha A Força da Mulher Brasileira e assinatura de um convênio com o Ministério da Cidadania. O evento foi presencial e transmitido ao vivo

⁵ Nesse sentido, é importante pontuar que, apesar de considerar que o sistema de gênero é exercido por práticas sociais hegemônicas, entendo que essas relações também são contestáveis. Uma análise histórica e culturalmente posicionada de gênero como conceito disputado e expansivo é necessária porque essa opressão não é experienciada material nem discursivamente da mesma maneira pelas mulheres de diferentes identidades em diferentes contextos (LAZAR, 2007). Assim, meu foco aqui é em analisar as interpretações de Alves sobre gênero.

pela TV Brasil. A gravação está atualmente disponível na conta oficial do Ministério no YouTube e foi a principal fonte usada para a análise. Vestidos/as de rosa em homenagem ao Dia da Mulher, quatro pessoas participaram da cerimônia: Dante Cassiano Viana, Secretário Especial de Desenvolvimento Social Substituto; João Roma, Ministro do Cidadania; Damara Alves; e Cristiane Britto, Secretária Nacional de Políticas para Mulheres.

O discurso da Ministra durou cerca de oito minutos, durante os quais ela agradeceu efusivamente a parceria de Roma, falou afetivamente dos seus colegas e dirigiu-se aos parlamentares presentes na cerimônia. Apesar de estar em um ambiente formal, sua linguagem é principalmente informal e às vezes irônica, fazendo piadas e contando histórias para seu público. Seu discurso já se inicia nesse tom, ao chamar Roma de “Meu Ministro” e brincar que “o Paulo Guedes pensa que ele é meu ministro predileto,” mas Roma é seu Ministro-amigo. Logo em seguida, ela faz uma longa introdução para falar sobre diversas ações realizadas por seu Ministério, com destaque para as operações policiais para prender agressores de mulheres naquela mesma manhã. Contudo, o cerne do discurso é apenas identificado quando Alves apresenta o contexto a ser abordado pela campanha A Força da Mulher Brasileira. Nesse momento, ela olha para o Ministro Roma e explica, em tom sóbrio:

E a gente vai ter nos próximos dias, Ministro, uma violência muito dolorosa contra a mulher, que é... o desemprego. Essa é uma violência terrível. A fome. Tudo fica pequeno diante da fome. Diante do desespero. Tem uma maior violência para uma mulher que ver seu filho gritar de fome? É uma grande violência.

Por meio deste trecho, destaco que Alves introduz sua abordagem do tema principal do discurso por meio do vocábulo de “violência.” De certa forma, a inserção deste conceito permite estabelecer uma ligação entre seu argumento e a primeira parte do discurso (onde ela descreveu as ações do Ministério em relação à ‘violência contra as mulheres’). Ao mesmo tempo, ao dizer que o desemprego e a fome são as maiores violências, Alves infere que a vulnerabilidade econômica das mulheres e de suas famílias, principalmente no atual contexto de crise, é o maior problema a ser enfrentado. Com essa colocação, a Ministra faz um apelo à empatia do público, destacando a imagem de mulheres sofrendo (como mães) por verem seus filhos passarem fome.

Nesse sentido, cabe ressaltar que esse é de fato um problema enfrentado na realidade brasileira atual. As mulheres - e particularmente aquelas em situação de vulnerabilidade econômica - estão entre as mais afetadas pela emergência sanitária de covid-19. Se o desemprego e a informalidade aumentaram no país, um abordagem de raça e gênero da situação aponta que as mulheres e os/as negros/as foram os/as mais prejudicados (GELEDÉS, 2020). Nessa conjuntura, agravada pela pandemia e pela recessão econômica, observa-se que grande

parte das famílias brasileiras vive em situação de fome e/ou insegurança alimentar (REDE PENSSAN, 2021) – e, como as famílias de mães solo são maioria nas parcelas de renda mais baixa no Brasil⁶, são elas as quem mais arcam com essas consequências (IBGE, 2019). Reconhecendo a materialidade dos problemas descritos por Alves, por meio da análise crítica de sua fala, o objetivo aqui é desvendar quais mensagens estão veiculadas em seus discursos, especialmente em relação às ações governamentais que ela propõe para tratar do problema.

Dessa forma, observo como o vocabulário da Ministra está vinculado à narrativa generalizada promovida pelo governo a respeito da pandemia. Durante todo o ano, Bolsonaro propagou um falso dilema de *salvar vidas* ou *salvar a economia*. Em sua concepção, as medidas tomadas por governadores e prefeitos para conter a pandemia são responsáveis pelos impactos econômicos da crise e pelo aumento dos níveis de desemprego no país (FERNANDES, 2020; SOARES, 2021). Damares Alves se alimenta dessa mesma narrativa ao destacar a violência e o sofrimento causados pelo desemprego, deixando de mencionar tanto que essa situação é agravada pela crise sanitária quanto a perda de vidas por covid-19 no Brasil. Ela descreve os efeitos econômicos da pandemia como o principal problema, apoiando-se no sofrimento das mulheres (como indivíduos e mães). Com isso, justifica as políticas de seu Ministério para tratar dos impactos econômicos da pandemia na vida dessas famílias:

E já nos antecipamos, Ministro, nesse pós-pandemia, que nós vamos estar trabalhando na inclusão produtiva da mulher. O empreendedorismo, a qualificação da mulher para o trabalho. E aqui eu trago uma nova palavra que nós estamos absorvendo neste Ministério, que é o nano-empreendedorismo.

De acordo com o *website* do Ministério, o termo “nano-empreendedora” está relacionado à “nano-empresa,” em geral um negócio pequeno - que não se encaixa na definição jurídica de micro nem de grandes corporações - montado “com o mínimo de custo possível e, obrigatoriamente, por pessoas fora do mercado de trabalho” (MMFDH, 2021c). A nano-empresária é aquela que, no entendimento do Ministério, desenvolve atividades variadas no mercado para a geração de sua renda. Ao trazer esse termo para explicar suas políticas públicas, Alves infere que o nano-empreendedorismo é parte da solução proposta pelo Ministério para a questão da vulnerabilidade econômica enfrentada pelas mulheres – contextualizada, especificamente, no lançamento da campanha A Força da Mulher Brasileira.

⁶ Dados do IBGE (2019) apontam que 63% das residências de mulheres negras que moram sozinhas com seus filhos estão abaixo da linha da pobreza. 32% da população brasileira vive nessas condições, dos quais a maioria (65%) é negra e 42% têm menos de 14 anos de idade.

Essa campanha, pois, deriva do Projeto Qualifica-Mulher, descrito pelo MMFDH como uma política para proporcionar às mulheres brasileiras condições de trabalho dignas e oportunidades para sua projeção econômica e social, com foco em três eixos: capacitação, empreendedorismo e networking. Regulado pela Portaria nº 3.175/2020 (GABINETE DA MINISTRA, 2020), o objetivo do projeto é aumentar a empregabilidade das mulheres em “situação de vulnerabilidade social,” definidas como aquelas cuja renda é de até um salário-mínimo e meio. Para isso, o MMFDH propõe a realização de parcerias - com outros membros da federação (estados e municípios) e instituições privadas - que ofereçam formação profissional e promovam o empreendedorismo (MMFDH, 2021a). É nesse contexto, pois, que se deu assinatura do convênio com o Ministério da Cidadania no dia 8 de março. Nessa ocasião, a fim de melhor descrever um exemplo de nano-empreendedorismo, Alves conta uma história que ela relaciona à vivência das mulheres brasileiras:

E quando eu falo de nano, nós temos tantas nanas empreendedoras. Aquela mulher que vende o bolo, que tem só uma batedeira e uma forma, ela não é microempresária. Ela é nano-empresária. Em novembro eu... no dia que a gente começou a campanha os “21 dias de ativismo contra a violência,” enfrentamento à violência contra a mulher. Todo mundo achava que eu ia pra um evento de violência e eu... fui fazer um bolo. E meu bolo era cor-de-rosa. Que eu amo rosa. E por que que eu fui fazer aquele bolo? A chef, que faz a *live*, ela tem mais de 30 mil alunas. E ela incentiva as mulheres ao nano-empreendedorismo.

Neste exemplo, a Ministra se refere à sua participação em uma *live* no *Instagram* com a chef Ada Silva (SILVA, 2020). De acordo com a agenda oficial da Ministra, essa *live* foi o primeiro evento em que participou na campanha contra a violência contra a mulher de novembro de 2020. Ao lado de Silva com uma roupa totalmente rosa, em um dia que considera “um dos momentos mais importantes para o Ministério,” Damares Alves fala sobre seus planos de promover o empreendedorismo feminino e “replicar” o exemplo de Silva por todo o país, por meio de iniciativas políticas (SILVA, 2020). Ada Silva, que se apresenta como professora de confeitaria e coaching pessoal, é reconhecida nas redes sociais por seus cursos de capacitação feminina em empreendedorismo, onde conta sua história de superação e como adquiriu suas habilidades que garante o sucesso de seu negócio. Trazendo mensagens de cunho religioso em suas aulas e postagens, Silva descreve como, apesar de todos os obstáculos lhe impostos pela vida - de ter migrado de uma região empobrecida do Nordeste para Brasília e trabalhado como empregada doméstica – seu sucesso estava nos “planos de Deus” (SILVA, 2020).

Durante a *live*, a Ministra relaciona a violência doméstica à dependência econômica e sugere o engajamento das mulheres no empreendedorismo como uma alternativa para quem não tem meios de sair de um relacionamento abusivo (SILVA, 2020). É assim que ela justifica

ter ido “fazer um bolo” com Silva no mês de prevenção da violência contra a mulher. De fato, na racionalidade promovida por Alves nesses discursos, o empreendedorismo parece ser a resposta aos problemas econômicos enfrentados pelas mulheres brasileiras: ao contar com a história de sucesso e superação de Silva, seu principal argumento é de que é possível alcançar melhores condições financeiras seguindo este caminho. Com isso, Alves elabora ainda mais suas ideias de nano-empreendedorismo em seu discurso:

E eu vi coisas acontecendo... por exemplo, tem uma mulher aqui, deputada Bia⁷, lá na feira dos goianos, feira do bará, que ela vende sacolé. Ela está faturando, por mês, porque o sacolé dela é gourmet, a caixa dela é cor-de-rosa, ela usa o chapeuzinho de chef, ela ‘tá uniformizada... ela tá faturando 11 mil reais por mês. A força dessa mulher... como que se podia imaginar que uma pessoa estaria ganhando hoje em Brasília 11 mil reais vendendo sacolé?

Embora Alves não comente em sua fala, esse exemplo foi citado pela própria Ada Silva quando faziam bolos juntas em novembro. Silva fala com orgulho à Ministra sobre suas alunas que tiveram sucesso nos negócios após fazerem seus cursos de empreendedorismo, ganhando até 11 mil reais por mês com a venda de seus produtos nas ruas e praias de todo o país (SILVA, 2020). Essas histórias de autonomia econômica das mulheres - e sucesso financeiro - são citadas por Alves para explicar quais ações seu Ministério planeja realizar no desenrolar da crise. Ou seja, para tratar o problema identificado (a violência gerada pela vulnerabilidade econômica), ela propõe como solução a promoção do empreendedorismo feminino. É nesse sentido que se principal argumento, que orienta a política pública proposta, emerge:

Aquela mulher que tem só um fogão, ela pode sustentar sua família só com um fogão. Por meio desse programa que nós estamos assinando hoje, com o Ministério da Cidadania. Aquela menina que faz arte, precisa só de um computador pra fazer design. Por que a gente não vem com um micro, nano crédito para essa menina, para essa mulher, ter sua bateadeira, seu fogão, seu computador?

Cabe esclarecer que, embora a Ministra mencione um esquema de concessão de crédito para as nano-empreendedoras iniciarem ou ampliem seus negócios, essa ação não faz parte dos documentos institucionais que regulamentam a política neste momento. Certamente, ela poderia estar referenciando planos futuros do Ministério para expandir seu programa. De qualquer forma, o argumento continua o mesmo: ao fornecer à mulher os meios para se tornar uma empresária, “ela pode sustentar sua família com apenas um fogão.” Tudo o que o governo precisa fazer para lidar com a crise, a fome e o desemprego, então, é oferecer oportunidades individualizadas para que as mulheres tenham acesso a esses meios, mesmo que essas

⁷ Referência à deputada Bia Kicis (PSL-DF).

“oportunidades” aumentem os níveis de informalidade e precariedade no mercado de trabalho brasileiro, como a própria Ministra antecipa:

Nesse pós-pandemia, o objetivo vai ser sobrevivência. Ah, vocês vão pra informalidade... já vi muita gente nos criticando. Gente, calma, calma! Primeiro, comida. Primeiro, sobrevivência. Depois a gente vai passando pra formalidade.

Este trecho é particularmente importante porque desvela como há um discurso neoliberal que transversa o raciocínio da Ministra e suas propostas de políticas públicas. Com essas palavras, Alves sugere que as condições de trabalho dessas nano-empendedoras não são tão relevantes. O mais importante, pois, é que elas estejam inseridas na cadeia produtiva da economia (mesmo que na “informalidade”) para que possam sustentar suas famílias (e garantir sua “sobrevivência”). Mais uma vez, suas palavras reproduzem as narrativas promovidas pelo governo federal. Logo após sua eleição, Bolsonaro identificou como “um grande problema” a abundância de direitos trabalhistas; para ele, a regulamentação do trabalho contribui para o desemprego, uma vez que o Brasil é “um país de direitos, mas que não tem emprego” (ARAÚJO; MURAKAWA, 2018). Parte, pois, da racionalidade neoliberal de que os direitos trabalhistas são um entrave à formalização - como argumentado também por Paulo Guedes e outros atores da direita brasileira (RUSSI, 2021), inclusive como justificativa para o avanço das reformas trabalhistas durante o governo Temer.

Portanto, por meio da análise do discurso de Alves, identifiquei que a proposta do governo para resolver o desemprego das mulheres não é a empregabilidade, mas sim o trabalho autônomo. Nessa lógica, elas devem trabalhar para o sistema, mas não importa o tipo de trabalho que realizam, em que condições, ou mesmo se a renda é suficiente para sustentar sua família com necessidades básicas. Damares Alves é, afinal, precisa ao usar o vocabulário que sustenta o governo de Bolsonaro. Ela faz questão de ecoar as mensagens do Presidente e do Ministro da Economia, minimizando os efeitos da emergência sanitária no país, inclusive empregando o termo “pós-pandemia” – o que sugere um fim próximo para a crise sanitária. De fato, tanto Bolsonaro quanto Guedes vêm repetindo que, à medida que a “pandemia está chegando ao fim,” a recuperação do Brasil será “mais rápida do que o esperado,” permitindo que se dê continuidade à agenda neoliberal (GARRETT JR.; SALOMÃO, 2020). Apoiando-se nessa perspectiva, ao final de seu discurso, Alves explica sua visão para o Brasil pós-pandemia:

E nesse novo Brasil, nesse novo normal que nos aguarda, a mulher vai ser responsável por toda a movimentação econômica do país. O seu discurso foi perfeito, Cristiane, quando você disse que vai ser pelas mãos das mulheres que vai passar a retomada econômica do país. Nós estamos acreditando muito nisso.

É neste momento em que ela finalmente conecta seu discurso à campanha A Força da Mulher Brasileira, que visa a mostrar como as mulheres brasileiras têm capacidade de transformação social. A campanha tem como foco principal a produção de materiais (vídeo e cartazes) que mostram as mulheres no papel central de ‘superação’ da crise por serem a força produtiva da nação. Na era ‘pós-pandemia’ imaginada por Alves, “todo o impulso econômico do país” deveria ser entregue às mulheres. Nesse sentido, ao fazer referência ao discurso de Cristiane Britto, Alves reforça a seguinte mensagem transmitida pela Secretária, no mesmo evento do dia 8 de março:

O Brasil acredita no potencial das mulheres, o Brasil acredita na sua força produtiva, e o nosso objetivo é oferecer condições para que as mulheres possam transformar crise em oportunidade, considerando que as mulheres estão nos setores mais afetados infelizmente pela pandemia.

Isto é, embora compreendam os efeitos da pandemia na empregabilidade das mulheres, Britto e Alves sugerem que o plano do governo para a recuperação da força de trabalho é encorajá-las a encontrar seus próprios meios de sobrevivência por meio do empreendedorismo. A afirmação de que as mulheres devem “transformar crise em oportunidade” é outra faceta do discurso meritocrático, já que os problemas gerados pela crise são individualizados nas “mãos das mulheres,” que devem buscar o seu próprio negócio para superar os efeitos econômicos. Na lógica neoliberal desse discurso, a Força da Mulher Brasileira está em trabalhar por conta própria para sair da crise e, nesse meio-tempo, salvar o país. Com base nessa análise, assim, apoio-me em categorias feministas para, no plano teórico, discutir como se articulam os elementos que perpassam o discurso de Alves no atual contexto de crise.

3. Discussão: crítica feminista e crise dos cuidados

Em março de 2020, quando a pandemia de covid-19 se expandiu pelo mundo, o governo Bolsonaro recebeu uma tarefa sem precedentes de *cuidar* das vidas da população brasileira. Como ficou evidente pelo passar dos meses, porém, a estratégia do governo desde o início da pandemia tem sido simplesmente *não lidar* com a crise e, em vez disso, *deslocá-la* para os setores mais vulneráveis da população. Dessa reflexão, então, o tema do 'cuidado' - e suas implicações durante uma pandemia – me surgiu como um eixo central de análise para elaborar como as relações de gênero estão sendo entendidas pelas políticas propostas por este governo⁸

⁸ Elaborei essa análise com mais profundidade e expansão na minha pesquisa de mestrado em Estudos das Mulheres e de Gênero (Gemma – Erasmus Mundus), intitulada “*It is a new era [of crisis] in Brazil: The politics of gender*”

e, mais especificamente, na campanha A Força da Mulher Brasileira. Desse modo, adotar uma perspectiva feminista aqui significa articular, nas práticas discursivas, as categorias teóricas que servem para compreender a materialidade das interpretações de gênero neste contexto de crise.

Nesse sentido, para a leitura do tema, parto das lentes fornecidas pela Teoria da Reprodução Social (TRS)⁹. De modo resumido, a reprodução social engloba todas as atividades, atitudes, comportamentos, emoções, responsabilidades e relacionamentos envolvidos na *manutenção da vida* no cotidiano e na *reprodução das populações*. Isso inclui a disponibilidade de alimentos e roupas, a criação e socialização de crianças, a provisão de cuidados para os idosos e enfermos, a manutenção de famílias e comunidades, as disposições afetivas e a construção social da sexualidade (BHATTACHARYA, 2017; BRENNER; LASLETT, 1991). Nesse paradigma, a reprodução social é uma *categoria econômica funcional* que descreve os arranjos das atividades produtivas e reprodutivas nas economias capitalistas; o trabalho de cuidado, inserido nessa categoria, tem um “sentido qualitativo explícito,” sendo o *modus operandi* da reprodução social, seu produto, ou mesmo a motivação que impulsiona alguém a realizar o trabalho reprodutivo (DOWLING, 2021).

Com base nesse entendimento, fica evidente que o trabalho de cuidado é essencial para a manutenção da vida da/na sociedade, embora as condições para sua realização sejam constantemente suprimidas pelo sistema, criando um estado permanente de crise. Como define Nancy Fraser (2017, p. 21), a crise dos cuidados se refere às “pressões de várias direções que atualmente comprimem um conjunto central de capacidades sociais (...) disponíveis para dar à luz e criar crianças, cuidar de amigos e familiares, manter lares e comunidades mais amplas e sustentar conexões.¹⁰” Em outras palavras, está relacionada à falta (e/ou precariedade) de condições materiais para a reprodução social, e na dificuldade de conciliação das necessidades de cuidado e os recursos disponibilizados para atendê-las (DOWLING, 2021). Fraser (2017) explica que isso ocorre porque, na sociedade neoliberal globalizada, há um movimento que precariza as relações de empregabilidade, aumentando o subemprego e a informalidade, o que leva as famílias a necessitarem ampliar suas jornadas para cobrirem seus custos de vida. Ao mesmo tempo que lhes sobra menos tempo e recursos para a realização do trabalho dos

and care in Damares Alves's Ministry”, apresentada perante a Universidad de Granada (Espanha) e a University of York (Reino Unido) em julho de 2021.

⁹ De acordo como Tithi Bhattacharya (2017), a TRS é uma estrutura e uma metodologia para compreender as relações sociais envolvidas na reprodução da força de trabalho sob o capitalismo, fornecendo uma compreensão de como a produção de bens e serviços e a reprodução da vida fazem parte de um processo integrado.

¹⁰ Tradução minha do original: “the pressures from several directions that are currently squeezing a key set of social capacities (...) available for birthing and raising children, caring for friends and family members, maintaining households and broader communities, and sustaining connections” (FRASER, 2017, p. 21).

cuidados, também sua providência em outras esferas¹¹ – como os serviços públicos de saúde, educação e lazer – são suprimidos. O cuidado, então, passa por um processo crescente de mercantilização e privatização (DOWLING, 2021; FRASER, 2017).

Ao se observar os efeitos da pandemia de covid-19, nota-se como a emergência sanitária escancarou os limites das crises de cuidado, por exemplo, pelos colapsos do sistema de saúde, a precariedade das condições de trabalho de trabalhadores essenciais e a sobrecarga de trabalho doméstico nas famílias confinadas a seus lares. No Brasil, marcado por suas desigualdades sociais e econômicas, a população assistiu (e continua assistindo) ao aumento constante do número de mortes¹², somado à falta de políticas consistentes para controlar a pandemia. O descaso do governo com a própria população resulta não apenas em uma crise de cuidados cada vez mais exacerbada, mas também *mais deslocada*. Afinal, já que o governo não cuida, os cuidados são exercidos nas famílias e nas comunidades – e, devido às relações de gênero socialmente inscritas, pelas mulheres.

Com base nessas considerações, a abordagem feminista do discurso de Damares Alves que proponho procura desvendar como suas mensagens tratam dessa crise de cuidados vivenciada pelas mulheres brasileiras no atual contexto. Embora, ao final de sua fala, a Ministra convoque as demais pessoas presentes na cerimônia para “cuidar de mulher no Brasil,” interpreto que sua atuação é pautada por um raciocínio neoliberal que, na verdade, individualiza (e desloca) o trabalho do cuidado. Conforme discutido pelas teóricas da TRS (DOWLING, 2021; FRASER, 2017), o projeto neoliberal baseia-se no fato de que as condições materiais de cuidado são prestadas na esfera privada, pelas famílias e suas redes comunitárias. Devido à divisão sexual do trabalho, a responsabilidade de cuidar e garantir a sobrevivência da família recai sobre as mulheres. Portanto, quando Alves menciona o “desespero” das mães diante da fome e do desemprego, ela também recorre a essa dimensão, sugerindo que cada uma deve cuidar de si e de seus entes queridos. Nesse ponto, a crítica da TRS à solução neoliberal para a crise dos cuidados é o alcance limitado de uma abordagem individualista, especialmente no que tange à esfera jurídico-institucional do governo. Em suas falas e propostas, Alves desconsidera os fatores estruturais que geram opressão e violência, porque os problemas são deslocados para

¹¹ Sobre este tema, a reprodução social é muitas vezes explicada artificialmente por meio de um ‘entendimento espacial’, onde o trabalho estaria dividido em uma esfera ‘econômica’ de produção (o mercado) e uma não-econômica de reprodução (o lar). Como ressalta Bhattacharya (2017), porém, essa descrição é equívoca, uma vez que essas esferas operam em conjunto e os ambientes espaciais de trabalho se confundem. A reprodução social, portanto, ocorre tanto em casa e no seio familiar, quanto em outros espaços ‘públicos’, como escolas, hospitais, centros de lazer etc.

¹² O Brasil registrou 556.834 mortes por covid-19 até 2 de agosto de 2021 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021).

a determinação de cada indivíduo em superá-los. Por esse raciocínio, faz sentido que a linha de ação planejada por Alves seja que o Ministério “trabalhe pela inclusão produtiva da mulher.”

Nada obstante, no contexto de avanço do neoliberalismo no Brasil, a inserção da mulher no mercado de trabalho está relacionada à contínua informalização, como a própria Ministra admite no discurso. Para as mulheres, principalmente as negras e de baixa renda, a informalidade muitas vezes significa realizar trabalho de reprodução social remunerado, mas desvalorizado (ARAÚJO, 2020), como trabalhar como diarista ou cozinhar e vender comida na rua e para amigos e vizinhos. Frequentemente, elas precisam conciliar diferentes fontes informais de renda para fazer o mínimo para a sobrevivência de suas famílias - o que se tornou mais recorrente desde o início da pandemia. Enquanto isso, o governo - ao invés de elaborar políticas que garantam uma fonte estável e segura de renda - sugere o “trabalho autônomo” como solução para a crise. No discurso de Alves, ao trazer como exemplos Ada Silva e suas alunas, sua mensagem é que as oportunidades existem para quem tem vontade de trabalhar: fazendo bolos e vendendo sacolés, a nano-empresária é capaz de adquirir autonomia financeira, vencer a crise e subir na escala social.

Nessa perspectiva, vários elementos de sua fala podem ser interpretados a partir do “bolo rosa.” O bolo é um exemplo utilizado para divulgar sua mensagem de autonomia econômica às mulheres, que deveriam contar com suas habilidades como confeitadeiras e cozinheiras para sustentar suas famílias. Ao mesmo tempo, sugere um reforço dos papéis de gênero: como cozinhar faz parte da cadeia reprodutiva de trabalho, mesmo quando as mulheres estão sendo inseridas na esfera 'econômica' do mercado, elas assumem atividades relacionadas com o cuidado. Ainda, além de reforçar o lugar da mulher “na cozinha,” Alves é específica em sua mensagem de preferência pelos bolos *cor de rosa*. Essa estética rosa da Ministra, perceptível em suas roupas e vocabulário, é relevante porque se relaciona a suas visões neoconservadoras de gênero. Em que pese não faça referência ao rosa ser ‘cor de mulher’ em seu discurso, cabe lembrar que essa é a mesma pessoa que declarou seu projeto de implantar uma “nova era” no Brasil, onde as meninas usariam rosa e os meninos usariam azul para se adequar às convenções cis-hetero-binárias de gênero. Considerando o contexto de sua política, a estética rosa não aparenta ser uma coincidência.

As noções de Alves sobre gênero e sua interpretação dos papéis das mulheres estão, portanto, implícitas em seus usos de linguagem e nas mensagens visuais de seu discurso. Mesmo assim, a Ministra evita mencionar esses assuntos, limitando-se a se referir à “Mulher” no singular. Seu vocabulário, pois, procura afastar-se das expressões eventualmente empregadas pelos movimentos feministas, seguindo sua função de opor-se a tudo que é

associado à “ideologia de gênero.” Mulher é, para ela, uma identidade excludente, mas particularmente inscrita no papel social de mães e trabalhadoras que *cuidam* de suas famílias. Dessa forma, usar a cor rosa revela mais uma camada de seu discurso neoconservador: a mensagem que transmite é que ela é Mulher e, portanto, veste rosa.

4. Conclusão

Diante da análise do discurso de Damares Alves, concluo que as narrativas sobre a participação econômica das mulheres, observadas na fala da Ministra e nos documentos de elaboração das políticas públicas, estão alinhadas à racionalidade neoliberal, cujos efeitos acirram as condições de informalidade e precariedade do trabalho por meio da promoção da lógica meritocrática e individualista. Por exemplo, quando Alves, em seu pronunciamento, invoca sua experiência “fazendo um bolo cor-de-rosa” com Ada Silva – incentivando as mulheres ao nano-empendedorismo - ela sugere como política pública o estímulo à busca de soluções individuais para “transformar crise em oportunidade.” Com isso, por meio da campanha A Força da Mulher Brasileira, o Ministério promove que, no momento de superação (pós-pandemia), a recuperação econômica do Brasil está nas mãos das mulheres.

Assim, embora a atuação de Alves seja em geral relacionada ao neoconservadorismo do governo Bolsonaro, observo que seus discursos carregam elementos imbricados também no projeto político neoliberal do governo. No contexto atual de pandemia, a operabilidade conjunta dessas racionalidades – neoliberal e neoconservadora – contribui para que as consequências da crise sejam deslocadas para as mulheres. Ademais, no âmbito jurídico-institucional analisado, a materialização desses discursos se orienta no sentido de desregulamentação das políticas sociais e dos direitos trabalhistas, enquanto se sustenta o papel da mulher como cuidadora e provedora na família. Nesse sentido, por meio da leitura possibilitada pela TRS, compreendo que as políticas públicas do MMFDH estão inseridas na lógica do exacerbamento da crise de cuidados e de sua superação pelos esforços individuais das mulheres.

Referências

- ARAUJO, B. **A formação do movimento de mulheres negras no Brasil (1978-2000): uma abordagem a partir da teoria da reprodução social**. Doutorado em História—Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2020.
- ARAÚJO, C.; MURAKAWA, F. Bolsonaro: Trabalhador terá de escolher entre mais direitos ou emprego. **Valor Econômico**, 4 dez. 2018.
- BETIM, F. Damares demonstra força entre os mais pobres e acende alerta na esquerda. **El País Brasil**, 28 jan. 2020.
- BHATTACHARYA, T. Introduction: Mapping Social Reproduction Theory. In: BHATTACHARYA, T. (Ed.). **Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression**. London: Pluto Press, 2017.
- BIROLI, F.; MACHADO, M. DAS D. C.; VAGGIONE, J. M. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: Disputas e retrocessos na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BOLSONARO, J. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante Cerimônia de Posse no Congresso Nacional.** Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos/2019/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-posse-no-congresso-nacional>>. Acesso em: 8 abr. 2020.

BRENNER, J.; LASLETT, B. Gender, Social Reproduction, and Women’s Self-Organization: Considering the U.S. Welfare State. **Gender and Society**, v. 5, n. 3, p. 311–333, 1991.

CERIONI, C. Menino veste azul e menina veste rosa, diz Damares em vídeo. **Exame**, 3 jan. 2019.

DOWLING, E. AUTHOR. **The care crisis: what caused it and how can we end it?** 1. ed. London; New York: Verso, 2021.

FAIRCLOUGH, N. Critical discourse analysis and critical policy studies. **Critical Policy Studies**, v. 7, n. 2, p. 177–197, jul. 2013.

FERNANDES, A. Bolsonaro culpa governadores por mortes e reclama de repercussão do “e daí”. **Correio Braziliense**, 29 abr. 2020.

FERREIRA, D. M. M.; NASCIMENTO, I. D. S. Representatividade identitária da figura feminina no discurso da ministra Damares Alves. **Raído**, v. 14, n. 36, p. 475–492, 10 dez. 2020.

FRASER, N. Crisis of Care? On the Social-Reproductive Contradictions of Contemporary Capitalism. In: BHATTACHARYA, T. (Ed.). **Social Reproduction Theory**. Remapping Class, Recentering Oppression. London: Pluto Press, 2017. p. 21–36.

GABINETE DA MINISTRA. Portaria n. 3.175, de 10 de dezembro de 2020. Institui o Projeto-piloto Qualifica Mulher e dá outras providências. 11 dez. 2020, Sec. 237, p. 147.

GARRETT JR., G.; SALOMÃO, K. Brasil mostra sinais de recuperação mais rápida que o esperado, diz Guedes. **Exame**, 18 nov. 2020.

GELEDÉS. O racismo estrutural na crise do Coronavírus é visível quando ser negro(a) é o suficiente para estar dentro do grupo de risco. **Portal Geledés**, Mai 2020. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/o-racismo-estrutural-na-crise-do-coronavirus-e-visivel-quando-ser-negroa-e-o-suficiente-para-estar-dentro-do-grupo-de-risco/>>. Acesso em: 16 maio. 2020

GRAFF, A. ‘Gender Ideology’: Weak Concepts, Powerful Politics. **Religion and Gender**, v. 6, n. 2, p. 268–272, 19 fev. 2016.

GRIFFIN, G. Discourse Analysis. In: GRIFFIN, G. (Ed.). **Research Methods for English Studies**. Edinburgh: University Press, 2013.

IBGE. **Outras formas de trabalho 2018 - Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínuas**. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>>.

JØRGENSEN, M.; PHILLIPS, L. **Discourse Analysis as Theory and Method**. London: SAGE, 2002.

LAZAR, M. M. Feminist Critical Discourse Analysis: Articulating a Feminist Discourse Praxis. **Critical Discourse Studies**, v. 4, n. 2, p. 141–164, ago. 2007.

MELO, F. Não é fumaça, é fogo! Cruzada antigênero e resistências feministas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 28, n. 3, 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Painel Coronavírus Brasil**. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: 2 ago. 2021.

MMFDHa. **A Força da Mulher Brasileira**. Página oficial do governo. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/campanha/a-forca-da-mulher-brasileira>>. Acesso em: 25 jun. 2021.

MMFDHb. **Dia da Mulher: Governo Federal lança campanha sobre a força da mulher no Brasil - YouTube**. Brasília, 8 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=j5FKGKDBNW4>>. Acesso em: 25 jun. 2021

MMFDHc. **Você sabia?** Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/qualifica-mulher/voce-sabia>>. Acesso em: 27 jun. 2021.

REDE PENSSAN. **Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil**. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN), 2021. Disponível em: <<http://www.fao.org/family-farming/detail/fr/c/1392789/>>. Acesso em: 27 jun. 2021.

RUSSI, A. Guedes defende fim de encargos trabalhistas: “não deu agora, vamos fazer depois”. **CNN Brasil**, 23 jun. 2021.

SILVA, A. **Live com a Ministra Damares [Instagram]**, 25 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.instagram.com/adasilvachef/>>. Acesso em: 27 jun. 2021

SOARES, I. Bolsonaro reconhece alta da inflação, mas culpa governadores e lockdown. **Política**, 9 jun. 2021.

TEIXEIRA, C. C.; CRUVINEL, L.; FERNANDES, R. Notes on Lies, Secrets, and Truths in the Brazilian Congress: The 2016 Process of Impeachment. **Current Anthropology**, v. 61, n. 5, p. 545–562, 1 out. 2020.

WODAK, R.; MEYER, M. **Methods of Critical Discourse Analysis**. SAGE Publications, 2001.